

O QUE SERÁ DA NOSSA RASTREABILIDADE SEM O MERCADO EUROPEU?¹

Pedro Eduardo de Felício²

É improvável que ocorra ainda neste ano a retomada das exportações de carne bovina para a UE – União Européia, apesar dos esforços de negociação do lado brasileiro, e das pressões dos comerciantes e importadores pelo lado europeu. Se um prolongado atraso de fato acontecer, pode minguar o bônus pago pela indústria nas compras de bois rastreados e, conseqüentemente, diminuir o interesse dos pecuaristas pela rastreabilidade. O país terá, então, que encontrar meios para não deixar que o SISBOV (sistema brasileiro de rastreabilidade) seja desmontado, porque, no futuro, será muito mais difícil alguém acreditar na sua reconstrução.

Seria tudo mais fácil se o bom senso prevalecesse e os veterinários da UE voltassem a ter uma postura crítica, como tiveram até bem pouco tempo, para reconhecer que a alegada preocupação com a febre aftosa não se justifica. É bem sabido que o agente patogênico não sobrevive na carne resfriada, desossada e empacotada, devido ao acúmulo de ácido lático na musculatura nas primeiras 24 horas *post-mortem*.

As autoridades sanitárias da UE sabem que o gado brasileiro é todo vacinado (exceto o do estado de Santa Catarina que já tem status de “livre sem vacinação”), sendo baixíssimo o risco de aftosa nas principais regiões produtoras do país. E que, se ainda assim ocorrerem focos, eles não proliferam no gado imunizado, são rapidamente isolados e a região deixa de exportar até recuperar o status sanitário anterior.

Entretanto, o tema que era técnico se tornou uma barreira comercial e a julgar pela maneira *sui generis* como foi feito o credenciamento de fazendas, ao final de fevereiro, dificilmente as exportações para a UE serão retomadas com volumes significativos a curto e médio prazo. Assim, pode deixar de existir bônus nas transações comerciais com bovinos rastreados, mesmo com outros países, como Rússia e Egito, em tese, fazendo a mesma exigência da UE quanto à identificação individual e certificação do método. Como, então, manter o interesse dos pecuaristas pela rastreabilidade com todos os custos e dificuldades inerentes ao processo?

O fato é que as opiniões nesse meio estão divididas, há os otimistas que achariam desnecessário um plano de salvação do sistema, pois para eles tudo voltará ao que era antes, rapidamente. Há os que batem de primeira, como os parlamentares da bancada ruralista que “deflagraram um processo de ‘desconstrução’ do atual sistema de rastreamento de bovinos do país” (Valor Online, 22/02); e os mais sensatos, da CNA –

¹ Artigo publicado na Revista ABCZ n.43, mar./abr., 2008. p.32.

² Professor titular da Faculdade de Engenharia de Alimentos, UNICAMP.

Confederação de Agricultura e Pecuária, que já organizam reuniões com representantes do setor privado para analisar estratégias de ação. Que não seja para “começar de novo”, como na música de Ivan Lins, por favor!

Mas é importante ter um plano B, porque a consequência de não vender para a UE pode ser um setor produtivo bastante desmotivado quanto à rastreabilidade como ocorreu nos EUA há pouco tempo, quando o governo venceu o contencioso dos anabolizantes (1989 – 1999), na OMC - Organização Mundial do Comércio, mas não pôde voltar a exportar carne de gado anabolizado à UE. Foi assim que o *NAIS* (sistema americano de identificação animal) só começou a se viabilizar em abril de 2004, após um caso de EEB (mal da vaca louca) ao final de 2003.

O Brasil tem que ver a rastreabilidade por outros ângulos como o da agregação de valor pela qualidade anunciada: “carne natural”, “produzida a pasto”, em que, a identificação animal e a rotulagem dos produtos são imprescindíveis para comprovação da veracidade dos apelos comerciais; além, obviamente, da imagem de seriedade que é passada ao mundo todo.

Preparar o país para o futuro das exportações de carne passa, provavelmente, pela dinamização das ações do “SAPI” (Sistema Agrícola de Produção Integrada) na cadeia produtiva. Essa proposta foi elaborada pelo MAPA, no 1º governo Lula, com o objetivo de estimular e acompanhar a implantação de boas práticas, e promover a identificação de origem e a certificação. Seu andamento é lento diante da magnitude do rebanho nacional, e pode estar precisando de uma vigorosa injeção de recursos. Com a palavra os pecuaristas e exportadores de carne.